

APENAS UMA CHAPA CONCORRERÁ ÀS ELEIÇÕES DA APROPUC

Terminada a fase de inscrições de candidatos para a renovação da diretoria da APROPUC, apenas uma chapa inscreveu-se junto à entidade. "Resistência, Resistência, Resistência..." é o nome da chapa que é presidida pela atual diretora da entidade Maria Beatriz Costa Abramides.

A carta-programa dos candidatos ressalta o momento difícil pela qual passa a entidade e os professores da PUC-SP de uma maneira geral, quando a Fundação São Paulo e a Reitoria fazem uma proposta para saldar o passivo trabalhista dos docentes que viola o dissídio coletivo da categoria. O documento ressalta a postura da atual diretoria na condução do impasse: "A APROPUC foi e é uma trincheira

de resistência. Em uma situação extremamente difícil, sua diretoria foi firme e não se omitiu. Lutou em campo aberto, ignorando conversas de corredores que, por diversas vezes, lhe atribuíam uma atitude exatamente oposta à que havia assumido. Dois dias antes de se encerrar um prazo de cinco anos para negociações que tentamos e não ocorreram, tomamos a iniciativa de prorrogá-lo, no que fomos bem sucedidos. Imagine-se o que os mesmos que nos acusam de intransigentes não murmurariam a nosso respeito se capitulássemos em relação aos direitos trabalhistas dos professores! Estamos tranquilos, firmes e dispostos a discutir nossas posições em todos os espaços desta universidade".

Chapa 1 Resistência, Resistência, Resistência...

MARIA BEATRIZ ABRAMIDES
(Serviço Social)

Presidente

VICTORIA C. WEISCHTORDT
(Letras-Inglês)

Vice-presidente

PRISCILLA CORNALBAS
(Educação)

1º Secretária

LEONARDO MASSUD
(Direito)

2º Secretário

JOÃO BATISTA TEIXEIRA
(Letras-Inglês)

1ª Tesoureira

SANDRA GAGLIARDI SANCHEZ
(Psicologia)

2ª Tesoureira

Suplentes

WAGNER WUO
(Física)

BERENICE POMPILIO
(Letras-Francês)

MARIA LÚCIA BARROCO
(Pós-Serviço Social)

Comissão de Cultura

LUCIO FLAVIO R. ALMEIDA
(Ciências Sociais)

COMPROMISSOS

Entre os principais compromissos dos candidatos estão a defesa do funcionamento democrático da entidade e o respeito à soberania das assembleias dos professores. A defesa dos salários, contratos por tempo de trabalho e a melhoria das condições do ensino, bem como a luta pela autonomia da Universidade e os procedimentos democráticos em todas as atividades e instâncias. Do ponto de vista da sociedade, a principal luta é pela defesa do ensino público, gratuito, presencial, laico e de qualidade em todos os níveis, além da luta contra as reformas neoliberais e a

retirada de conquistas e direitos dos professores e dos trabalhadores. Além disso, o grupo alinha-se pela defesa das liberdades democráticas, especialmente de expressão, de reunião, de organização e de manifestação dos trabalhadores com ampliação das conquistas sociais.

Seguindo os encaminhamentos da Comissão Eleitoral da APROPUC estamos divulgando nesta edição a íntegra da carta-programa da chapa Resistência, Resistência ..., bem como a relação completa de seus integrantes. As eleições ocorrerão entre os dias 14/6 e 18/6, conforme calendário publicado nesta página.

Calendário Eleitoral

DATAS PARA A VOTAÇÃO DA APROPUC

14/06 – 2ª feira das 8:00h às 21:00h

15/06 – 3ª feira das 8:00h às 12:00h

16/06 – 4ª feira das 8:00h às 21:00h

17/06 – 5ª feira das 8:00h às 18:00h

18/06 – 6ª feira das 8:00h às 12:00h

Os locais para votação serão divulgados ainda esta semana no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br

EDITORIAL

Prepotência sionista

O assalto do Mavi Marmara por militares israelenses - navio tripulado por ativistas desarmados, em águas internacionais, na calada da noite, fuzilaria, dez mortos, muitos feridos, apreensão de barcos e prisão de mais de 600 pessoas - sensibilizou a denominada "comunidade internacional", ou seja, as potências que garantem a qualquer custo o Estado sionista de Israel.

Choveram lamentos e reclamos. Governos de toda parte condenaram a exorbitância. Terror de estado, desumanidade, crime abominável, massacre, grosseira violação - eis algumas das declarações de diversos governos. Pois bem, depois de muita indignação, veio a reunião do Conselho de Segurança da ONU. E para quê? Para unir todas as lamentações. Os Estados Unidos taparam o quanto puderam o som das queixas. A declaração da ONU limita-se a condenar a morte de "pelo menos dez civis". Condenação puramente verbal!

O navio era turco. O governo de Erdogan - amigo de Israel - disse que não ficará quieto. O que será que vai fazer? Deixará de praticar exercícios navais com as forças de guerra israelenses? Romperá os contratos de compra de armas da poderosa indústria bélica dos sionistas? O governo do Egito, Mubarak, reclamou do "injustificado e excessivo uso da força contra civis inocentes". Mas abrirá as suas fronteiras com Gaza? Ou continuará a auxiliar Israel a manter o bloqueio aos palestinos? Em que resultará a condenação universal do ataque militar a um navio cheio de pacifistas? Cairá o Muro da Cisjordânia? O cerco à Faixa de Gaza por terra, ar e mar será levantado? Israel enfrentará o Tribunal Internacional? Ou os ativistas humanitários morreram para todo o mundo se lamentar da imprevidência do governo Netanyahu e para serem vítimas de seu próprio pacifismo?

As respostas já foram dadas pelo Conselho de Segurança da ONU, comandado pelos Estados Unidos. Lamentos hipócritas.

O assassinato de cerca de

10 pacifistas "horrorizou" justamente pela ousadia da burguesia israelense, de seu governo e de seus militares em matar sem que pudesse dar uma justificativa que servisse à "comunidade internacional" de máscara ao militarismo sionista. A primeira reação do governo israelense foi de apresentar os pacifistas da ONG Fundação para os Direitos Humanos e Resgate Humanitário como ferozes militantes, que estavam a serviço da Al-Qaeda e do jihad islâmico. Com a inócua declaração da ONU, o governo de Israel decidiu mudar a versão. A sua elite militar planejou mal e errou na dosagem. Os comentários jornalísticos baixaram o tom - o erro foi de excesso de força.

Ocorre que a fulminação de dez pacifistas não é nada se comparado com a invasão da Faixa de Gaza, em dezembro de 2008, quando morreram centenas de civis sob bombardeio terrestre e aéreo, momento em que foi comprovado o uso da bomba de fósforo, proibida pelos tratados internacionais. Os sionistas cometeram crime de guerra. Alguém pagou por isso? Tudo permaneceu na indignação e nas condenações da barbárie. A ocupação de território palestina, o avanço colonialista e o bloqueio a Gaza mereceram resoluções contrárias da ONU que Israel simplesmente desconhece. Por que haveria de acatá-las se não são para valer? Os Estados Unidos são guardiães da burguesia sionista.

A ocupação de guerra do Mavi Marmara é parte de um complexo conflito no Oriente Médio que vem se desenvolvendo desde a 1ª Guerra Mundial. Não por acaso a questão iraniana é parte da crise mundial em desenvolvimento, como foram os Bálcãs na primeira conflagração internacional. Os trabalhadores, a juventude e a intelectualidade organizados contra a opressão estão chamados a combater mais um ato de barbárie do sionismo. Piores dias estão por vir, a depender da luta contra a opressão.

Diretoria da APROPUC



LUANALIA

Com auditório lotado, Frei Betto comenta a evolução dos movimentos populares no Brasil.

Frei Betto debate histórico dos movimentos sociais no Brasil

No dia 1/6, aconteceu o evento *Movimentos Sociais nos dias de hoje*, com a presença de Frei Betto. O evento foi organizado pelo Departamento de Serviço Social. Na ocasião, Frei Betto refletiu sobre a trajetória dos movimentos sociais no Brasil e a eleição do presidente Lula em 2002, bem como as políticas de seu governo.

Segundo Frei Betto, com o golpe militar de 1964, a constituição foi rasgada e iniciada uma intensa repressão aos movimentos sociais. Porém, uma série de comunidades eclesiais de base continuaram se reunindo em capelas, igrejas e casas. Esses grupos utilizavam o método Paulo Freire de ensino.

“Os militares não deram importância para essa questão. Por isso, muitos militantes contrários à di-

tadura surgiram em igrejas”, comentou.

Depois, ele explicou o surgimento da oposição sindical, a partir de 1975, que também desencadeou na criação de outros movimentos populares, que reivindicavam o bem estar do povo.

“Os movimentos populares se tornaram muito fortes no Brasil nos anos 80 e foi isso que levou a eleição de Lula em 2002”, disse Frei Betto. Para ele, a América Latina e o Brasil têm uma estrutura oligárquica e uma democracia frágil. “Lula não fez nenhuma reforma de estrutura. Vivemos em uma situação na qual o Estado é contra a nação”, argumento Betto.

“Só existe uma alternativa para o Brasil: Fortalecer a sociedade civil através dos movimentos sociais”, comentou Frei Betto.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victória C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Professores aprovam índice de reajuste para 2010

Em assembleia, realizada no dia 29/5, os professores das instituições particulares de ensino superior decidiram aprovar o índice de reajuste para 2010, proposto pelas mantenedoras. Pela proposta, os salários serão reajustados escalonadamente até a próxima data-base perfazendo um total de 5,5%.

Assim, tomando-se por base os valores vigentes em fevereiro de 2010, o salário dos docentes deverá aumentar 4% entre os meses de março e agosto/2010. Em setembro sobe mais 1% e em janeiro/2011 mais 0,5%, perfazendo um total de 5,5%.

No mês de agosto/2010 as instituições deverão pagar um abono de 5% não incorporado aos salários. Também nesse mês os professores receberão os valores referentes aos meses em que seus salários não foram reajustados pela instituição (no caso da PUC-SP que antecipou o reajuste a partir de abril faltariam ser creditados em

agosto os 4% de março).

Nos últimos anos o reajuste dos professores foi feito a partir da média de três índices, o ICV-Dieese, o IPC-Fipe e o INPC. Este ano a média dos três índices foi de 5,18%.

Como ao final do acordo o salário estará reajustado em 5,5% o Sinpro-SP concluiu que foi garantida a massa salarial dos professores e o ganho real na base.

CLÁUSULAS SOCIAIS

A proposta aprovada na assembleia também garante a renovação por mais um ano dos direitos históricos presentes na convenção coletiva dos professores, tais como garantia semestral de salários, recesso escolar e hora-atividade.

O Sinpro-SP também conseguiu evitar que as mantenedoras mudassem a cláusula referente a bolsa de estudos e, assim, esse direito segue preservado.

VEJA COMO FICAM OS SALÁRIOS DOS DOCENTES

Índices aplicados sobre os salários de fevereiro/2010

MARÇO A AGOSTO/2010 **4%**

SETEMBRO A DEZEMBRO/2010 **5%**

JANEIRO E FEVEREIRO DE 2011 **5,5%**

No mês de setembro deverá ser pago um abono de 5%, não incorporado ao salário. Neste mês também serão creditados os valores referentes aos meses não reajustados antecipadamente pela instituição (no caso da PUC-SP, somente março/2010).

Ficou o compromisso de que as discussões sobre a regulamentação e remuneração da carga de trabalho dos professores decorrente das novas ferramentas tecnológicas continuarão a ser feitas

ao longo do ano.

Caso o professor queira calcular mês a mês como ficará o seu salário o Sinpro-SP está disponibilizando uma forma de cálculo rápido em seu site www.sinprosp.org.br.

CAs solicitam Audiência Pública com o Consad

Os Centros Acadêmicos de Psicologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Benevides Paixão (Comunicação) e 22 de Agosto (Direito) protocolaram uma carta, no dia 1/6, solicitando uma audiência pública para agosto de 2010, no TUCA, com o reitor Dirceu de Mello e com os Secretários Execu-

tivos da Fundação São Paulo, Rodolpho Perazzollo e João Júlio Farias, conselheiros com direito a voto no Consad (Conselho de Administração). Uma reunião também foi marcada com a APROPUC e a AFAPUC, para que as entidades se juntem à construção da audiência.

O entendimento dos

Centros Acadêmicos é que diante da grande mudança de caráter universitário por que passa a PUC-SP, principalmente após 2006, é necessária a realização de uma audiência pública com os membros efetivos do Consad. Dessa forma, os estudantes poderão colocar suas demandas de forma coletiva, apontando para

saídas claras e benéficas para a comunidade da PUC-SP.

As bolsas de estudo da Fundação São Paulo e o alto preço das mensalidades são questões elementares para os estudantes que, desde o início do ano, realizam uma campanha pela redução das mensalidades.

Eleições da APROPUC – Biênio 2010/2012

Carta Programa – Chapa 1

RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIA...

Professor(a)

Mais uma vez teremos eleições para a diretoria da Apropuc em condições difíceis. Estamos nos referindo ao choque entre a Associação e a Fundação São Paulo/Reitoria em torno da violação do dissídio coletivo. Tal choque se configura sob uma aparente modernização estrutural e normativa – implantação do Redesenho Institucional, novos Estatutos e novo Regimento. Mas justamente nos momentos traumáticos é quando se testa a firmeza trabalhista e política da direção sindical.

Não é papel de nossa associação e de seus diretores nadar a favor da corrente. O fato é que não escolhemos as águas que vamos enfrentar. Há muito não nos deparamos nem com a correnteza a favor, nem com a calmaria. Nesse transcurso acidentado, testamos o programa e a firmeza coletiva da diretoria. Há aspectos do programa que são essenciais e alguns, secundários. Com a mudança da realidade, alguns podem caducar e outros devem ser incorporados.

Por exemplo, no processo da crise, a diretoria teve de “negociar” com a Fundação mudanças no Acordo Interno. Trabalhamos por mobilizar os professores, convocando reuniões, assembleias, organizando grupo de estudo e divulgando cada passo da negociação. Chegamos a um ponto em que não pudemos afastar a “faca” patronal do nosso pescoço. Para conservar parte das conquistas específicas aos professores da PUC, assinamos, a contragosto, o acordo 2009, na esperança de reconquistar, no futuro, as perdas. Acreditem, foi-nos muito difícil esse gesto, em nome de uma coletividade desmobilizada.

Há colega que acredita que isso é exercer a representatividade. Nós, não! Fomos obrigados a exercer nosso dever sindical sem ter o solo para apoiar a planta dos pés. Tal acontecimento fez parte do enorme refluxo que o movimento docente sofreu ao não resistir devidamente à intervenção da Fundação e às demissões em massa. Mas a Apropuc cumpriu a sua parte rechaçando a via dos cortes e do rebaixamento salarial.

Pode-se ainda ir mais para trás. Os colegas vão se deparar com o processo de confecção do plano de maximização da jornada de trabalho. Tivemos uma perda irreparável. O aumento da carga horária quebrou um dos paradigmas das condições do exercício de docência da PUC – diferencial inclusive reconhecido entre os professores das universidades mercantis. A “maximização” dos contratos de trabalho, que deveria vigorar somente no ano de 2006, continua sendo aplicada e sem qualquer perspectiva de que venha a ser suspensa em futuro próximo. Se, em toda a nossa história, lutamos por salários iguais para trabalhos iguais, agora nos defrontamos com este ineditismo: mais de uma tabela salarial. Em geral, quando não se resiste, a pior das duas termina por prevalecer. A diretoria da Apropuc lutou o quanto pode para não tornar o professor “burro de carga” e as aulas um tormento de cada dia. Não obstante, havia uma atmosfera de sujeição e de crença que o Conselho Universitário faria o melhor. Perdemos. Botamos nas costas um andar com pesos santos. E prosseguimos, com a convicção de muitos professores de que não havia outra saída. Assim, sem luta, sem movimento coletivo, indivi-

dualizados, arcamos com o saneamento mercantil.

Não entremos em detalhes sobre a reforma dos Estatutos, o chamado Redesenho Institucional. Assinalamos apenas que provocou um retrocesso na democracia universitária e uma mudança política em favor do saneamento antitrabalhistas. Como os colegas podem ver, não havia o que negociar. Tratou-se de um processo imposto de cima para baixo, ou coletivamente resistíamos, pelo menos para por limites às reformas mercantis, ou deixaríamos o processo avançar livremente.

A Apropuc foi e é uma trincheira de resistência. Em uma situação extremamente difícil, sua diretoria foi firme e não se omitiu. Lutou em campo aberto, ignorando conversas de corredores que, por diversas vezes, lhe atribuíam uma atitude exatamente oposta à que havia assumido. Dois dias antes de se encerrar um prazo de cinco anos para negociações que tentamos e não ocorreram, tomamos a iniciativa de prorrogá-lo, no que fomos bem sucedidos. Imagine-se o que os mesmos que nos acusam de intransigentes não murmurariam a nosso respeito se capitulássemos em relação aos direitos trabalhistas dos professores! Estamos tranquilos, firmes e dispostos a discutir nossas posições em todos os espaços desta universidade.

Escrevemos esta carta aos professores convencidos de que estamos sendo francos e expostos a julgamento político. Eis por que é preciso argumentar contra os adversários que dificilmente têm rosto público, participativo e que se dispõem a solucionar a questão da representatividade.

Na democracia formal, elegem-se os representantes; os representados apenas aguardam os resultados, que geralmente são contra seus próprios interesses. Na democracia sindical, elege-se a diretoria que, para representar os trabalhadores, depende da assembleia. Bem entendido, recorremos à decisão de assembleia quando a questão atinge os interesses coletivos. As burocracias tornam as eleições formais quando desconhecem as assembleias e decidem por conta própria. Geralmente, agem assim porque estão contrariando os interesses coletivos. Esse tipo de “representatividade” tem apoio patronal.

Talvez, a Apropuc seja uma das poucas ilhas no mar de pelegos em nosso sindicalismo. Nenhuma decisão importante é tomada sem o conhecimento, sem a mobilização das bases e sem a assembléia. A liberdade de expressão é irrestrita, como comprova o **PUCViva**. Se os professores – filiados e não filiados – viessem à assembleia e votassem que a Apropuc assinasse um acordo de perda de 40% da dívida de dissídio e de expurgo de 6,66% do índice de reajuste, então, a contragosto, a diretoria iria encaminhar a decisão coletiva. Seria um desastre provocado pelos passageiros e não pelo condutor que fez de tudo para evitá-lo. Isso é representatividade social. O individual não se superpõe ao coletivo; o direito coletivo está acima do direito individual.

Uma diretoria fraudada a natureza de sua associação quando dissolve o coletivo no individual e apresenta essa transmutação como se fosse a vontade geral. Assim, concebemos a democracia sindical como um princípio e não como uma contingência de momento.

Esta carta coloca concretamente as bases de nosso programa. A experiência dos trabalhadores com a direção sindical eleita deve ser avaliada tendo em vista o cumprimento do programa. Na democracia formal, o representante eleito põe de volta na gaveta o programa que lhe serviu para arrebatar votos. Na democracia social, o representante, a todo instante, põe em prática o programa para os próprios representados o concretizarem segundo sua compreensão e força na luta.

Professor(a), mantivemos nossa chapa, acrescida de novos companheiros, defendendo o princípio da representatividade baseada nas decisões coletivas, nas formas de luta próprias dos assalariados e na defesa intransigente das necessidades trabalhistas e educacionais dos docentes. Esperamos que compartilhem conosco esse princípio.

Resistiremos !

Nossa CHAPA

RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIA...

assume os seguintes compromissos:

NA APROPUC:

1. Defender o funcionamento democrático da entidade e o respeito à soberania das assembleias dos professores.
2. Defender a transparência e o zelo de todas as atividades administrativas e financeiras da associação.
3. Defender o fortalecimento dos mecanismos de participação dos professores na entidade, a criação de comissões específicas e a constituição de um Conselho de Representantes.
4. Realizar campanhas de filiação junto aos professores nos departamentos e estimular a utilização da sede pelos associados.
5. Aprimorar os canais de divulgação e comunicação da entidade e assegurar o bom funcionamento do jornal **PUCViva**, do site da Apropuc e das revistas **PUCViva** e **Cultura Crítica**.

NA UNIVERSIDADE:

6. Defender os salários, os contratos por tempo de trabalho e a melhoria das condições do ensino. Salário igual para trabalho igual.
7. Lutar por um Acordo Interno que garanta direitos, conquistas e a dignidade de trabalho aos professores.
8. Lutar pela melhoria das instalações, dos equipamentos e da infra-estrutura da Universidade, atualmente em situação precária em várias unidades.
9. Defender a autonomia da Universidade e os procedimentos democráticos em todas as atividades e instâncias.
10. Defender a unidade de ação dos três segmentos da Universidade: professores, funcionários e estudantes.
11. Defender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a unidade da teoria e da prática e a geração do conheci-

mento ligado à produção social e às necessidades e transformações da sociedade.

12. Combater as políticas privatistas e elitistas do ensino e defender a função social e comunitária da Universidade.

NA SOCIEDADE:

13. Defender o ensino público, gratuito, presencial, laico e de qualidade em todos os níveis.
14. Defender a inserção da Apropuc no movimento social dos professores e nas lutas gerais dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.
15. Lutar contra as reformas neoliberais – trabalhista, sindical, previdenciária, do ensino superior – e a retirada de conquistas e direitos dos professores e dos trabalhadores.
16. Apoiar os movimentos sociais em defesa da reforma agrária, moradia, educação e saúde.
17. Lutar contra o desemprego, a “flexibilização” da legislação trabalhista e a demissão imotivada dos trabalhadores.
18. Defender o direito de greve e o fim da legislação repressiva e restritiva às lutas dos trabalhadores.
19. Defender as liberdades democráticas, especialmente de expressão, de reunião, de organização e de manifestação dos trabalhadores com ampliação das conquistas sociais.
20. Repudiar veementemente a discriminação e a opressão de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual, assim como todo tipo de censura e de violência, privada e estatal.
21. Solidarizar-se com as lutas pela autodeterminação dos povos.
22. Repudiar e denunciar todas as formas de exploração e de opressão; apoiar as lutas por uma sociedade justa, igualitária, livre e democrática.

CHAPA 1

"RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIA..."

DIRETORIA

Presidente: **Maria Beatriz Costa Abramides (Serv. Social)**
 Vice-presidente: **Victoria Claire Weischtordt (Letras-Inglês)**
 1º Secretária: **Priscilla Cornalbas (Educação)**
 2º Secretário: **Leonardo Massud (Direito)**
 1ª Tesoureira: **João Batista Teixeira (Letras-Inglês)**
 2ª Tesoureira: **Sandra Gagliardi Sanchez (Psicologia)**

SUPLENTES

1º - **Wagner Wuo (Física)**
 2º - **Berenice Pompilio (Letras-Francês)**
 3º - **Maria Lúcia Barroco (Pós-Serv. Social)**

Comissão de Cultura

1 - **Lúcio Flávio R. Almeida (Ciências Sociais)**

A Distância do Ensino

Daniel Clemente

Voltando de uma viagem que teve como destino o centro-oeste brasileiro estava eu, muito bem acompanhado por minha esposa, dentro de um ônibus que se encarregava de maltratar e diminuir a vida útil de minha coluna, o que me ajudou a permanecer acordado e presenciar o sentimento que pais e filhos compartilham sobre educação. Ao lado da minha poltrona, mas separados pelo corredor, estava uma mulher com sua filha de aproximadamente cinco anos de idade. O diálogo entre os familiares era de confronto, a mãe exigindo silêncio e a garota com a sabedoria de uma criança transformando uma viagem monótona em uma grande diversão. Em certo momento, a mãe agarrou a menina pelos braços e disse: "Comporte-se já, senão te mando para a creche". Fiquei pensando, existe punição mais severa do que mandar o seu próprio filho para um centro educacional?

No Estado do Paraná, uma escola estadual vetou a "hora do recreio", devido às constantes ocorrências de brigas no pátio do colégio entre turmas rivais. Medidas semelhantes são tomadas nas casas de detenção quando os presos não contribuem harmoniosamente com a paz no local. A prática do diálogo rendeu-se à punição. A integridade física requer prisão psicológica, a escola segue sua função educando vítimas de um sistema excludente e transformando-os em condenados do sistema penal.

Em São Paulo, Estado

da Federação que se orgulha de ser o primeiro na economia, tratando todas as relações sociais com segundas intenções, e com o ensino público de quinta categoria, coleciona desprezo, incompetência e falta de compromisso com a educação pública. Na gestão do prefeito Celso Pitta foram criadas "escolas de lata", transformando container em salas de aula que nos dias quentes a temperatura de suas "paredes" chegava a 60 graus. Logo após, Marta Suplicy criou quatorze "Céus", centros educacionais com toda a infraestrutura necessária, porém permitiu a existência de 400 "infernús", escolas precárias sem o mínimo de condição de servir como canil. Depois veio José Serra, desmoralizando professores com corte nos benefícios e ampliando salas de aula à base da construção de madeira. Bem, por último e atualmente Gilberto Kassab, que por falta de educação do povo paulista devido às más gestões anteriores que não investiram no conhecimento... Foi eleito. E o que ele fez pelo ensino? Ele "nunKassab" o que faz.

De certa forma aquela mãe que dialogava com sua filha, ao meu lado no ônibus de viagem estava certa. Os centros educacionais são punições, onde a violência, o tráfico de drogas, o desprezo pelo ensino e a certeza de um futuro nada promissor estão visíveis. Só nos resta saber se ainda vale à pena ir até uma sala de aula ou se existe um sistema que nos incentiva a cada dia a procurar pelo ensino a distância.

Daniel Clemente é ex-funcionário da PUC-SP

A união faz a força

*Marquinhos
(Marcos Vinícius Maia)*

Alunos da PUC-SP uniram-se e gritaram para a instalação de um bicicletário na universidade. Por que é proibida a entrada de bicicletas no campus e quando se prende a bicicleta na rua corre-se o risco de ser roubado, como já aconteceu.

Depois de tantos pedidos para os gestores da PUC-SP pela instalação do bicicletário e de tantas respostas negativas, alegando falta de espaço, os alunos que utilizam a bicicleta como meio de transporte, resolveram fazer um ato político entrando com suas bicicletas no campus, para que pudessem ser ouvidos e atendidos.

Por conta disso foi aprovado no Consad na semana passada o bicicletário. Provando que a união faz a força, e foi através desta união que esta demanda foi deferida. Claro que esta reivindicação é uma demanda mínima mediante tantas outras, entretanto não menos importante, e que serve de exemplo para a comunidade.

Imaginem se alunos,

professores e funcionários da PUC-SP unirem-se para que suas reivindicações possam ser atendidas? Uma unificação de lutas?

Poderíamos nesta frente única dos três setores reivindicar e gritar: NÃO À MAXIMIZAÇÃO DOS PROFESSORES, PAGAMENTO IMEDIATO DA DÍVIDA REFERENTE AO REAJUSTE SALARIAL DESDE 2005, EFETIVAÇÃO DOS TERCEIRIZADOS, MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS FUNCIONÁRIOS, NÃO AO ASSÉDIO MORAL, REDUÇÃO IMEDIATA DAS MENSALIDADES ETC.

O REitor confirmou em público durante debate de redução de mensalidades, o compromisso de AUDIÊNCIA PÚBLICA no segundo semestre. Este será um bom espaço para colocarmos nossas inquietações.

Vamos unir para fortalecer a luta. PUC UNI-VOS!

Marquinhos (Marcos Vinícius Maia) é aluno do 4º ano de Ciências Sociais e do Movimento A Plenos Pulmões (LER-QI e Independentes)

Um abraço para Téia

Jorge Claudio Ribeiro

Estarrecido li a menção a meu nome na edição especial de 17/5/2010, p.3, em homenagem à professora Téia. Não desejo escavar detalhes referentes a uma reunião ocorrida em 2007, em que democraticamente manifestei minha posição, que não era apenas minha nem a mais enérgica, acerca dos atos da diretoria de então. O que me entristeceu, pelo

extremo mau gosto, foi a tentativa de, agora, intrigar-me com uma colega falecida, a quem abracei fraternalmente, bem como a sua filha, numa ocasião memorável em que abraçamos juntos a oficina do projeto Reciclázaro, dos catadores de rua de São Paulo. Essa lembrança ninguém nos tira. Descanse em paz, Téia.

Jorge Claudio Ribeiro é professor do Departamento de Teologia da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Em greve, funcionários da USP realizam ato

Na terça-feira, 1/6, funcionários, professores e estudantes da USP realizaram um ato pelas ruas do Butantã para pedir a isonomia salarial entre docentes e funcionários, fim das ameaças de corte de ponto, abertura de negociação do Creusp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo) com o Fórum das Seis, salário e condições dignas de trabalho.

Ainda no dia 1/6, foi realizado o debate pelo direito de greve e democracia na universidade, com a presença de Claudionor Brandão e Francisco de Oliveira, entre outros.

Os trabalhadores da

USP estão em greve desde o dia 5/5 e, até o fechamento desta edição, a Unicamp e outros 11 campi da Unesp também haviam aderido à greve.

Segundo o Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), o principal motivo da greve é a quebra da isonomia salarial entre professores e funcionários. A Reitoria, sob argumento de recomposição salarial para reestruturação da carreira docente, concedeu reajuste de 6% apenas para os professores. Para o sindicato, a quebra da isonomia salarial entre docentes e funcionários fere a autonomia universitária, conquistada no final dos anos 80.

A pauta foi repudiada também pelos professores. O professor Leonel Itausu, do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH, resolveu doar 6% do seu salário líquido ao Sintusp, até a próxima data-base, em protesto à quebra da isonomia e ao reajuste salarial dos funcionários.

FALTA DE DIÁLOGO

Os funcionários da USP também reclamam da falta de diálogo do reitor da USP, João Grandino Rodas. O argumento é que, desde o ano passado, em sete reuniões com o reitor, não houve nenhuma resposta para as demandas dos trabalhadores da USP.

Conclat discute criação de nova central sindical

O Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora), que ocorreu entre os dias 5 e 6/6, em Santos, representou um importante passo para a unificação das lutas contra o neoliberalismo e os ataques aos direitos trabalhistas.

Além de sindicatos, a nova central também abrigará movimentos populares, como, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

A APROPUC enviou dois diretores da entidade como observadores e o *PUCviva*, que também esteve presente, noticiará o encontro na edição da próxima semana.

Ato repudia ataques israelenses contra missão humanitária

Na terça-feira, 1/6, foi realizado um ato de repúdio ao assassinato de ativistas pacíficos por tropas israelenses.

Diversas entidades manifestaram sua indignação com o ataque de Israel contra tropas humanitárias.

CONFIRA UM TRECHO DO MANIFESTO:

"Em um ataque covarde e assassino, forças militares de Israel abriram fogo, na madrugada de segunda-feira (31/5), contra integrantes de uma missão humanitária internacional, causando várias mortes, além de grande número de feridos.

O ataque, que ocorreu

em águas internacionais, foi desferido para impedir que a expedição, reunindo 750 ativistas de cerca de 60 países, em um comboio de seis embarcações, chegasse ao porto de Gaza, em território palestino sob controle militar israelense.

A Frota da Liberdade, como é conhecida essa iniciativa pacífica, carregava dez toneladas de mantimentos, remédios e outros produtos essenciais destinados a aliviar o sofrimento da população palestina de 1 milhão de pessoas que vive em condições subumanas na Faixa de Gaza. Não havia armas a bordo das embarcações", diz a convocatória do manifesto.

PM invade Universidade em Santa Catarina e prende estudantes

A Polícia Militar invadiu o campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) na noite dessa segunda-feira, no bairro do Itacorubi (Florianópolis-SC), espalhando e prendendo cerca de seis estudantes. Os alunos se manifestavam pacificamente contra o aumento nos preços das passagens do transporte coletivo, quando passaram a ser hostilizados pelos policiais. As duas entradas da instituição foram fechadas. No local funcionam a Reitoria da Udesc, o Centro de Educação a Distância, Centro de Artes (CEART), Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) e o Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas

(ESAG), além da Biblioteca Universitária e outras instalações.

Os estudantes tentaram negociar a ocupação de meia pista da Avenida Madre Benvenuta para uma passeata até a UFSC, mas a PM negou. Tentaram se deslocar pela calçada e também foram impedidos. Na sequência, ocorreu a invasão policial do campus e as prisões.

Os estudantes presos foram levados à Central de Plantão Policial e devem responder ao Termo Circunstanciado, como ocorreu nos últimos dias com outros estudantes, ampliando a lista de perseguidos políticos em Santa Catarina.

ROLA NA RAMPA

Sinpro divulga texto contra acordo proposto pela Fundasp

A diretoria do Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro-SP, divulgou em seu site um artigo, no qual critica o acordo proposto pela Fundação São Paulo/Reitoria para o pagamento da dívida contraída com os docentes a partir de 2005. Segundo o texto "o fato concreto é que a renúncia ao direito de receber integralmente a dívida que a PUC-SP tem com eles faz uma ferida cujos efeitos são muitos e todos de extraordinário significado". Para o Sinpro-SP, os malefícios para a universidade decorrem de três vertentes. Em primeiro lugar percebe-se uma ameaça à organização docente, uma vez que se culpa indevidamente a associação por intolerância, no entanto "a única coisa que não se viu foi intransigência da parte dos representantes dos professores; ao contrário. Mas a APROPUC não fez apenas negociar: ela manteve toda a universidade sistematicamente informada sobre os espertos argumentos da Fundação e não tomou uma única posição senão em decorrência de assemblei-

as que foram insistentemente convocadas para deliberar sobre os impasses criados artificialmente pelos responsáveis pela PUC-SP", diz o texto.

Outro desgaste deveu-se à submissão do interesse coletivo ao individual na apresentação do acordo e finalmente o Sindicato ressalta o prejuízo que representou às condições de trabalho e democracia interna da universidade a aceitação do acordo: "Difícil resistir a tantas batidas que sofreu no próprio coração de suas particularidades. Pois essa guinada de agora representada pelo definhamento coletivo de seus professores e pela debandada dos acordos individuais parece-nos que acrescenta mais à lista dos dissabores dos últimos anos do que às virtudes de sua história. No final das contas, é preciso perguntar." qual é a PUC-SP que queremos"? Agora ficou mais difícil responder.", conclui o artigo. A íntegra do documento pode ser encontrada no site www.sinprosp.org.br.

Estudante de Jornalismo cobriu Conferência Mundial de Cochabamba

A estudante Giulia Longhi foi para a Conferência Mundial de Mudança Climática dos Povos e dos Direitos da Mãe Terra, entre os dias 20 e 22/4, convocada pelo presidente Boliviano Evo Morales, em resposta à frustração da COP-15, realizada em 2009. Ela enviou um relato que pode ser conferido na íntegra no site da APROPUC (www.apropucsp.org.br), confira um trecho: "A intenção da Conferência em Cochabamba foi trazer a problemática ambiental para

mais perto dos povos e dos países em desenvolvimento, para que em Cancun possam ser colocadas novas metas, mais concretas para os países desenvolvidos. No discurso de abertura, Evo Morales propôs como resultado do evento uma declaração de direitos à Mãe Terra. Porém, mais uma vez, foi criticado pela imprensa mundial, dessa vez por utilizar do humor para citar os efeitos dos hormônios do frango e dos produtos transgênicos".

Sem dinheiro para os atrasados, Fundação compra imóvel na região da Paulista

O jornal *O Estado de S.Paulo* noticiou em seu site, no dia 1/6, que a PUC-SP comprou um complexo de edifícios neoclássicos na região da Avenida Paulista, onde até 1993 funcionou o Hospital Umberto Primo. Segundo a reportagem, a compra foi feita em conjunto com um fundo de investimentos e não há informação sobre a identidade das empresas de tal grupo. Ainda segundo o jornal, fontes ligadas à transação informaram que um terço da área abrigará um campus da PUC, onde serão desenvolvidas "atividades

culturais" e, possivelmente, cursos universitários. O restante será explorado comercialmente pelo fundo, com a possibilidade de implementação de estabelecimentos comerciais e escritórios. A professora Bia Abramides, diretora da APROPUC, em entrevista ao *Estado de S.Paulo* mostrou a estranheza de toda comunidade por uma decisão em que nenhum setor foi consultado, em um momento em que nas negociações da dívida com os professores os gestores sempre alegavam dificuldades financeiras para quitar a dívida.

PUC-SP anuncia horários durante a Copa

A Reitoria divulgou ato relativo a mudanças de horários nos campi da universidade, por ocasião dos dois primeiros jogos da Copa do Mundo. As atividades acadêmicas e administrativas nos campi Monte Alegre, Marquês de Paranaguá, Santana, Ipiranga, Sorocaba e Barueri serão suspensas, em 15/6, das 14h30 às 18h30, e, em 25/6, das

10h às 14h. O ato faz uma ressalva às atividades já programadas da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Cogeae). Quanto ao Hospital Santa Lucinda e à Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic), as atividades essenciais não serão suspensas, "a juízo das respectivas diretorias".

Reunião para discutir acordo interno ainda não tem data

A APROPUC reuniu-se à semana passada com o reitor Dirceu de Mello para retomar as negociações do Acordo Interno de Trabalho. O reitor concordou com a realização de uma reu-

nião entre a APROPUC, Reitoria e Fundação para esta semana. Porém, até o fechamento desta edição, ainda não foi comunicada à APROPUC a data de realização do encontro.

Sérgio Casoy ministra palestra sobre *O Barbeiro de Sevilha*

No dia 24/6, às 9h, no TUCA, acontece a palestra "Il Barbiere di Siviglia", de Rossini, promovido pela Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (Faficla) e pelo Pós em

Educação. O evento é aberto ao público, mas os interessados devem mandar um e-mail confirmando presença para o endereço pensarefazerarte@pucsp.br.